

## **Audiência pública da comissão externa sobre o desastre de Brumadinho está marcada para esta terça-feira**

A reparação de danos será tema de debate na comissão externa da Câmara sobre o crime socioambiental de Brumadinho (MG). Nesta terça-feira (12), os deputados vão reunir especialistas para discutir seguros e outras formas de garantia de recursos para a reparação de danos em caso de desastres. O debate foi pedido pelo coordenador da [comissão externa](#), deputado Zé Silva (SD-MG).

Logo após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, no fim de janeiro, o relator da comissão, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), defendeu a imediata criação de um fundo para fazer frente ao gravíssimo dano socioambiental na região.

“Um fundo para, primeiramente, ressarcir vítimas de forma rápida e ressarcir economicamente aquelas pessoas que tiveram prejuízos, como os produtores locais que estão com suas economias paralisadas e as contas não param de chegar. E, acima de tudo, cobrir as despesas com a operação de resgate. É bom lembrar que os bombeiros estão trabalhando aqui sem ter recebido o 13º e sem a garantia de pagamento de salário”, disse.

### **Convidados**

Foram convidados para a audiência pública:

- o subprocurador-geral da República e coordenador da 4ª Câmara - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, Nívio de Freitas Silva Filho;
- o superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Joaquim Mendanha de Ataides;
- o presidente da seção brasileira da Associação Internacional de Direito de Seguros, Inaldo Bezerra Silva Júnior;
- o professor de Economia da Universidade de Brasília Jorge Madeira Nogueira;
- o professor de Direito Comercial da Universidade de São Paulo Carlos Portugal Gouvêa; e
- um representante do Conselho Nacional de Seguros Privados.

O debate está marcado para as 14 horas, no plenário 2.

### **Projeto de lei**

Também integrante da comissão externa de Brumadinho, a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) quer a votação do seu projeto de lei (PL 3563/15) que torna obrigatório o pagamento de indenizações e contratação de seguro no caso de rompimento de barragens.

“Veja, por exemplo, o caso de Mariana, em Minas Gerais. Ali morreram 19 pessoas e as famílias ainda não receberam nada. Sempre as pessoas que são prejudicadas ficam prejudicadas mesmo. Fica pelo não dito, o tempo vai passando, cai no esquecimento e me parece que existe, por parte das empresas, lobby para não avançar esse tipo de projeto”, disse.

O projeto de lei de Elcione Barbalho tramita em conjunto com outra proposta semelhante (PL [3561/15](#)), que está em regime de urgência e, portanto, pronta para a apreciação do Plenário da Câmara.

**ÍTEGRA DA PROPOSTA:**

**[PL-3561/2015](#)**

**[PL-3563/2015](#)**

**Fonte:** [Agência Câmara Notícias](#), em 11.03.2019.